

## Notícias de publicações

***Fontes para o estudo da História de Alfenas: A documentação manuscrita do executivo e do legislativo municipais 1860-1982.***

**Edição: Alisson Eugênio. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas.**

**2013, 110 pp. ISBN: 978-85-63473-13-4.**

Esse instrumento de pesquisa foi elaborado a partir de um projeto de extensão executado entre 2010 e 2012. Seu objetivo é contribuir para a promoção de estudos sobre a formação histórica de Alfenas, sobre aspectos da vida de seus habitantes e sobre atividades dos seus poderes executivo e legislativo. Tal acervo, composto por 69 séries documentais divididas em 2 fundos, encontra-se sob a guarda da Universidade Federal de Alfenas e pode ser consultado por pesquisadores interessados no estudo da história do sul de Minas Gerais. No conjunto documental que o forma, muito poderá ser descoberto. Além das informações burocráticas correntes, sobretudo as de caráter contábil (as mais abundantes do fundo da Prefeitura), há dados eleitorais (os mais abundantes no fundo da Câmara), registrados nas Atas de eleições e Listas de eleitores, dados econômicos registrados nos arrolamentos de contribuintes que pagavam impostos relativos, por exemplo, à "indústria e profissões" (contendo as atividades exercidas e, quando se tratava de produtor rural, a quantidade produzida), de comerciantes do antigo mercado municipal e dos pecuaristas que abatiam seu gado no matadouro municipal (contendo o tipo do gado e a quantidade de cabeças abatidas). Há, também, dados relativos a demandas dos moradores (combate a formigueiros, reparos de ruas, solicitações para construção civil e abertura de negócio etc.). Afora dados mais gerais, como sepultamentos no cemitério municipal (contendo sexo, idade e causa do falecimento), registro de automóveis, relação de livros consultados na biblioteca municipal, entre tantos outros que podem ajudar a revelar muitos fragmentos da história local. Enfim, esse instrumento de pesquisa poderá ser muito útil para quem desejar devassar um acervo inédito.

***A Inquisição de Goa descrita por Charles Dellon (1687). Estudo, edição e notas: Charles Amiel e Anne Lima. Tradução do francês: Bruno Feitler. São Paulo: Phoebus, 2014. 480 pp. ISBN: 978-85-60584-05-5.***

O volume, publicado, originalmente pelas edições Chandeigne de Paris em 1997, para além do texto integral da *Relation de l'Inquisition de Goa*, do médico francês Charles Dellon, traz também um amplo estudo feito pelos organizadores. Acompanha, ainda, um caderno de imagens, anexos textuais, bibliografia e índice. Trata-se da primeira tradução completa para o português desse importante texto de 1687, sobre os procedimentos da Inquisição portuguesa na Índia, um relato anti-inquisitorial, mas não anticatólico, o que lhe dá um certo ar ponderado. Nele, Dellon conta os motivos de sua prisão, os procedimentos legais pelos quais passou, implicando instrumentos de exceção, como o segredo sobre os testemunhos que pesavam contra ele

(mas não a tortura física), a cerimônia do auto da fé, quando foi lida a sua sentença e seu retorno à Europa, com direito a uma passagem pela Bahia. Além de seus próprios infortúnios, Dellon também conta aquele dos cristãos-novos, principais vítimas da Inquisição, com vários exemplos que teve de primeira e de segunda mão. A importância que o texto e as imagens que o acompanham teve (dezenas de edições em várias línguas ainda nos séculos XVII e XVIII), para o discurso anti-inquisitorial e antirreligioso da Ilustração, e também para a legenda negra do Santo Ofício justificam o estudo de fôlego, que se aprofunda sobre a personagem de Charles de Dellon, a Inquisição portuguesa na Índia, a fortuna das gravuras da edição *princeps* e do próprio texto, lido por Voltaire, Montesquieu e Beccaria.

**Sebastião da Rocha Pita, *Tratado Político* (1715). Estudo introdutório, transcrição, índices, notas e estabelecimento do texto: Eduardo Sinkevisque. São Paulo: EDUSP, 2014. 312 pp. ISBN: 978-85-314-1493-0**

Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), mais conhecido por seu *História da América Portuguesa*, é autor também do *Tratado Político* (1715). O texto permaneceu manuscrito até 1972 quando Heitor Martins o editou pelo INL, em uma publicação com muitos problemas. Quarenta e três anos passados da edição de Martins, o texto ganhou nova edição. Nela, foram cotejados dois manuscritos da obra (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra / Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), foram feitos índices e notas, criticando-se a edição de Martins no estudo introdutório. A nova edição conta também com prefácio e orelha de João Adolfo Hansen (USP) e com texto de quarta capa de Temístocles Cezar (UFRGS). A hipótese de trabalho de Eduardo Sinkevisque, organizador do volume, autor do texto introdutório, dos índices e notas, responsável pela transcrição do manuscrito e do estabelecimento do texto, é que – por ser um tratado político e, por ser lugar-comum, tanto em Rocha Pita quanto no gênero histórico setecentista, haver a presença da tópica do “remédio”, aplicada à metáfora do corpo, quando se faz referência ao “corpo político” em ocasiões em que é necessário deliberar sobre a coisa pública – Rocha Pita ministra, ao fazer *história*, todo um repertório de “remédios” para a boa “saúde” do reino. As tópicas descritas e analisadas, na introdução funcionam como elenco de conselhos administrados nos negócios públicos e pelo governante, a exemplo do que ocorre em tantos livros tidos como “espelho de príncipes”.

**Angelo Alves Carrara e Rafael de Freitas e Souza (transcrição e estudo histórico). *Ouro, escravos e contas: a Mina da Passagem nos séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Clio Edições, 2015, 204 pp. ISBN 978-85-88532-37-3**

Disponível em: <http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/Ouro-escravos-e-contas.docx>

Apesar da importância da mineração sobre o conjunto da economia brasileira ao longo do século XIX, nada, ou quase nada é conhecido sobre o funcionamento das empresas mineradoras em particular. Como os proprietários das lavras auríferas gerenciavam os rendimentos de suas empresas? Qual de fato era a lucratividade das atividades mineradoras? Qual era a estrutura das suas despesas?

Superar esta deficiência é tarefa indispensável, e o esforço de transcrição e sistematização dos dados materializado nesta obra é uma contribuição inestimável para o aprofundamento dos nossos conhecimentos sobre o funcionamento da atividade fundamental da antiga capitania de Minas Gerais. A Conta do rendimento da lavra da testamentaria do reverendo cônego José Botelho Borges, raro e valioso documento referente à história da mineração em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

A Conta está apenas ao testamento do referido sacerdote redigido no dia 12 de abril de 1788. Ela traz a escrituração contábil de sua lavra aurífera situada no distrito de Passagem de Mariana, Minas Gerais, apontada rigorosa e diariamente, mês a mês e ano após ano. São 88 folhas anotadas frente e verso, totalizando 176 páginas. O primeiro lançamento data de 13 de setembro de 1795 e o último encerra-se no dia 28 de fevereiro de 1817; ou seja, abarca 21 anos, 5 meses e 15 dias.